



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR

Processo nº 0000474-36.2022.2.00.0806.

Classe: Pedido de Providências.

Assunto: Recomendação nº 50, de 18 de julho de 2022, disponibilizada no DJe CNJ nº 175/2022.

DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 301/2022/CGJCE

A Corregedoria Nacional de Justiça oficia esta Casa para ciência da Recomendação nº 50, de 18 de julho de 2022, disponibilizada no DJe CNJ nº 175/2022, com a determinação de cientificar aos cartórios o ato normativo expedido.

Tomo ciência da referida recomendação, que "dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças" e resolve o seguinte:

Art. 1º Recomendar aos registradores civis que promovam o registro de nascimento e de natimorto, independentemente da apresentação dos números de inscrição no CPF dos respectivos pais (biológicos ou socioafetivos), ofertando prioridade à erradicação do sub-registro.

Art. 2º Recomendar que, nas situações em que os pais do registrando não estejam previamente cadastrados na base de dados da Receita Federal do Brasil, os oficiais de registro providenciem o assento de nascimento ou o registro de óbito exclusivamente à vista dos elementos essenciais descritos nos números 1 a 11 do artigo 54 da Lei n. 6.015/1973, com observância do regramento constante do Provimento CNJ n.63/2017 e da Recomendação CN n. 38/2019.

Art. 3º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

A par disso, **determino** que seja expedido ofício circular aos cartórios de registro civil para conhecimento.

Comunique-se à Corregedoria Nacional de Justiça o cumprimento de sua determinação.

Ultimados os expedientes, **arquivem-se**.

Cópia desta decisão servirá como ofício circular, que deverá acompanhar cópia da Recomendação nº 50, de 18 de julho de 2022, disponibilizada no DJe CNJ nº 175/2022.

À Gerência Administrativa para providências.

Fortaleza, data da assinatura eletrônica.

Desembargador PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO

Corregedor-Geral da Justiça

CGJ10



Assinado eletronicamente por: **PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO**


10/08/2022 09:48:35

<https://corregedoria.pje.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1819343**



22081009483516500000001715980

Identificação	Recomendação Nº 50 de 18/07/2022
Apelido	---
Temas	
Ementa	Dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.
Situação	Vigente
Situação STF	---
Origem	Corregedoria
Fonte	DJe/CNJ nº 175/2022, de 26 de julho de 2022, p. 18.
Alteração	
Legislação Correlata	Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 Lei n. 13.846, de 18 de junho de 2019 Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991 Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 Provimento CN n. 63, de 14 de novembro de 2017 Recomendação CN n. 38, de 19 de junho de 2019
Observação	
Texto	<p>Texto Original </p> <p>A CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, bem como:</p> <p>CONSIDERANDO os direitos da personalidade enquanto direitos fundamentais;</p> <p>CONSIDERANDO que toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome (Lei n. 10.406/2002, artigo 16); e</p> <p>CONSIDERANDO que a Lei n. 13.846/2019, de cunho previdenciário, alterou a Lei n. 8.212/1991, mas não alterou a Lei n. 6.015/1973 no que tange aos requisitos para lavratura do assento de nascimento ou para registro de criança nascida morta,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Art. 1º Recomendar aos registradores civis que promovam o registro de nascimento e de natimorto, independentemente da apresentação dos números de inscrição no CPF dos respectivos pais (biológicos ou socioafetivos), ofertando prioridade à erradicação do sub-registro.</p> <p>Art. 2º Recomendar que, nas situações em que os pais do registrando não estejam previamente cadastrados na base de dados da Receita Federal do Brasil, os oficiais de registro providenciem o assento de nascimento ou o registro de óbito exclusivamente à vista dos elementos essenciais descritos nos números 1 a 11 do artigo 54 da Lei n. 6.015/1973, com observância do regramento constante do Provimento CNJ n. 63/2017 e da Recomendação CN n. 38/2019.</p> <p>Art. 3º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.</p>

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA